



Câmara do Município de Ibema

ESTADO DO PARANÁ

Requerimento 019/2026

SÚMULA: Requer informações detalhadas sobre a recorrente omissão nas inscrições das profissionais da educação para os cursos MOP, bem como a origem e destinação dos recursos financeiros a eles vinculados.

Os Vereadores **Jeferson Ferreira e Ronaldo Arrozi**, que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pelo artigo 100 § 3º inciso VI do Regimento Interno, **REQUER** que, após lido e aprovado em Plenário, seja oficiado à Chefia do Poder Executivo para que, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, preste os seguintes esclarecimentos:

Justificativa de Omissão: Por quais motivos técnicos ou operacionais a administração municipal, após elaborar listas de interesse desde 2021, tem perdido os prazos de inscrição, impedindo a participação das professoras nos cursos MOP?

Gestão de Prazos: Qual setor ou servidor é formalmente responsável pelo monitoramento e efetivação dessas inscrições? Existe um fluxo administrativo estabelecido para evitar a perda desses prazos?

Natureza do Recurso: Existe dotação orçamentária específica ou recebimento de verba vinculada (Estadual ou Federal) para o custeio destas capacitações?

Rastreabilidade Financeira: Caso existam recursos destinados e não utilizados em razão da perda de prazos, qual foi a destinação contábil desses valores nos exercícios de 2024 e 2025? Houve estorno, devolução aos cofres da União/Estado ou transposição para outras finalidades? (Solicita-se envio de relatórios contábeis comprobatórios).

JUSTIFICATIVA

A qualificação dos profissionais da educação não é apenas uma meta do Plano Municipal de Educação, mas um direito garantido pela LDB. É inadmissível que, por recorrente falha administrativa ou perda de prazos, as professoras de Ibema sejam cerceadas em seu aperfeiçoamento profissional.




Câmara do Município de Ibema

ESTADO DO PARANÁ

A repetida elaboração de listas de interesse sem a efetiva inscrição gera um sentimento de desvalorização na categoria. Além disso, este Poder Legislativo precisa fiscalizar se há eficiência na aplicação dos recursos públicos: se há verba disponível e o curso não ocorre por falha de gestão, estamos diante de um prejuízo à eficiência administrativa. O objetivo deste requerimento é sanar essa lacuna e garantir que o direito das servidoras seja respeitado no próximo ciclo de inscrições. Sem mais para o momento,

Ibema, 24 de abril de 2026.


Jeferson Ferreira
Vereador


Ronaldo Arrosi
Vereador

12-06
1989

01-01
1990

IBEMA